

# PESSOAS TRANSGÊNERO NO CONTEXTO EDUCACIONAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DESTES SUJEITOS

Bruno Adriano Schaustz dos Santos<sup>1</sup>

Luciana Vargas Ronsani<sup>2</sup>

**RESUMO** : O presente trabalho teve como objetivo geral realizar um breve levantamento bibliográfico através de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a questão da relação das pessoas transgênero no ambiente escolar. Designamos, através da base epistemológica, os conceitos de *sexo*, *gênero* e *pessoas trans* com o intuito de compreender como se constituem os sujeitos a partir da noção de diversidade. Com a textualidade selecionada, entendemos que as pessoas transgênero ainda não ocupam um lugar social de direito e, no contexto educacional, estas ainda sofrem com os efeitos produzidos por currículos escolares que não implementam políticas de valorização e reconhecimento desta população. Nesta ótica, uma forma de construir um espaço reflexivo na esfera educacional é, para além da constituição de um currículo formador e plural, estreitar o laço com a família e o Estado, sendo estes também responsáveis pela valorização, reconhecimento e empoderamento do sujeito transgênero.

**Palavras-chave:** Sexo; Gênero; Pessoas Trans; Contexto educacional.

**RESUMEN:** El presente trabajo tuvo como objetivo general realizar un breve levantamiento bibliográfico a través de artículos científicos, disertaciones de maestría y tesis doctorales sobre la temática que involucra a las personas transgênero en el ámbito escolar. Designamos, a través de la base epistemológica, los conceptos de sexo, género y personas trans para comprender cómo se constituyen los sujetos desde la noción de diversidad. Con la textualidad seleccionada, entendemos que las personas trans aún no ocupan el lugar social que les corresponde y, en el contexto educativo, aún sufren los efectos que producen los currículos escolares que no implementan políticas de valoración y reconocimiento de esta población. En esta perspectiva, una forma de construir un espacio reflexivo en el ámbito educativo es, además de la constitución de un currículo formativo y plural, fortalecer el vínculo con la familia y el Estado, quienes también son responsables de la valoración, reconocimiento y empoderamiento del sujeto transgênero

**Palabras clave:** Sexo; Género; Transgênero; Contexto educacional.

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil está em 1º lugar no ranking mundial dos assassinatos de pessoas transgênero, somente no ano de 2020, sendo 184 registros (BENEVIDES et al., 2021).

---

<sup>1</sup> Aluno de Pós - Graduação em Educação e Diversidade pela IFSC – Câmpus Canoinhas. E-mail: bruno\_schaustz@id.uff.br

<sup>2</sup> Docente no IFSC, câmpus Araranguá; Doutora em Letras; E-mail: [luciana.ronsani@ifsc.edu.br](mailto:luciana.ronsani@ifsc.edu.br)

Em 2014, na Paraíba, foi realizada uma pesquisa com 16 travestis e transexuais, a qual conseguiu caracterizar a tipologia das violências acometidas a estas vítimas, sendo elas: violência verbal (91,96%), violência psicológica (58,33%) e violência física (33,33%), com frequência entre 24 horas e seis meses anteriores à pesquisa. As violências ocorreram na rua, na escola e nos serviços de saúde, tendo como principais agressores vizinhos e desconhecidos, e até mesmo membros da família e profissionais de saúde (SILVA et al. 2016).

No ano de 2021, uma pesquisa no estado do Rio Grande do Norte evidenciou alta prevalência de ideação de suicídio (IS) entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. Tais acontecimentos foram associados à espiritualidade, níveis depressivos, violência no ambiente escolar, histórico de tentativa pregressa de suicídio e expulsão do núcleo familiar em razão da identidade de gênero (SILVA et al., 2021).

Tendo em vista as informações supracitadas, compreendemos que, no Brasil, ainda há poucas ferramentas para avaliar o preconceito contra a identidade de gênero, principalmente, no contexto educacional, no qual este se constitui por sujeitos plurais. Noro (2017, p. 15) menciona sobre o conhecimento da diversidade e a relação com a educação:

A inexistência de acesso e conhecimento do conceito, das diferentes concepções teóricas de gênero e diversidade sexual como construções históricas, dos movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero e dos desafios ético-políticos que desconsideram os direitos sociais, civis e políticos relacionados à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros), deflagram a urgência de ações propositivas na formação inicial e continuada dos docentes, ampliando assim o acesso à informação de uma parcela progressivamente maior da população.

Bento (2006) traz algumas reflexões importantes sobre as relações de gênero, as relações sociais, as desconexões entre seus desejos, desencontros e os valores hegemônicos independentemente da sua orientação sexual. Precisam-se refletir sobre as questões do conceito da “humanidade”.

Diante disso, a escola precisa promover as questões que envolvam as identidades culturais que são construídas, articuladas, experienciadas, transgredidas e rearticuladas no âmbito do social. Nesta ótica, o currículo escolar necessita abordar uma construção entre as diferenças das diversidades e as identidades (FURLANI, 2007).

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo realizar um breve levantamento bibliográfico através de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a questão da relação das pessoas transgênero no ambiente escolar e produzir efeitos de sentidos nas ações que buscam a valorização, o reconhecimento e a promoção das singularidades desses sujeitos.

## **2. SEXO, GÊNERO E PESSOAS TRANS**

A Constituição Federal (1988) define os direitos humanos comuns a todo o cidadão sem distinção de raça, sexo, classe social, religião, etnia, cidadania política ou julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca a todo ser humano (HAMMARBERG, 2011).

Contudo, na conjuntura atual, percebemos que isso não ocorre. Muitos casos de preconceitos estão presentes em nosso dia-a-dia de diversas formas, tais como: racial, social, homoafetiva, lésbica, identidade de gênero, pessoas trans e entre outras.

### **2.1 Sexo e Gênero**

Dentro de uma perspectiva sócio-histórica, a criança quando nasce é designada pelo sexo (Masculino ou Feminino) de acordo com a anatomia genital, ou seja, órgãos, hormônios e cromossomos são diferentes também: Feminino = vagina, ovários, cromossomos xx; Masculino = pênis, testículos, cromossomos xy; Intersexual = combinação dos dois. Contudo, quando falamos de Identidade de Gênero, faz-se necessário compreender que há a distinção do “Gênero” do “Sexo” (REIS, 2018).

O “Sexo” correspondente às diferenças biológicas (Mulheres/Homens) - atribuído após o nascimento. No entanto, o “Gênero” inclui também aspectos sociais da diferença entre os gêneros e além do elemento biológico (HAMMARBERG, 2011).

Scott (1995) define que o gênero é um termo também utilizado para estabelecer as relações sociais entre os sexos. O termo gênero

também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que

encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (SCOTT, 1995, p.5).

A ideia da autora (Ibid) fundamenta-se, primeiramente, nas relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. Posteriormente, a ideia é mais complexa, dando novo significado às relações de poder.

Louro (1997, p. 18) conceituou o gênero da seguinte forma:

está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado linguisticamente e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo o processo.

Quando se redefine as relações de poder entre os sujeitos, tem-se um novo campo de debate na esfera social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre eles. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997).

Ferrari (2010, p. 47) traz a relação de poder assim como outros autores mencionaram anteriormente:

A homofobia evidencia pontos já ressaltados pelos autores como Louro (1997), Butler (2003) e Foucault (1988), na medida em que assumimos como foco o gênero, entendido numa perspectiva de poder, como uma construção relacional em que não somente está se forjando a ideia de "homem" como também de "mulher". Não quero dizer com isso que os meninos "detêm" o poder e as meninas estão desprovidas dele. O poder está nessa relação que se estabelece entre meninos e meninas e que, portanto, o poder não pode ser entendido como uma "estratégia", como um privilégio de quem o detém, ou como algo que se conquista, que se apropria. O poder é praticado por todos, uma vez que ele tem efeitos sobre suas ações. Dessa forma, podemos interrogar como o exercício do poder, organizado por manobras, práticas e discursos de violência está resultando em ações absorvidas, aceitas, contestadas, resistentes, criando assim, as categorias de gênero - meninos e meninas.

Com efeito, compreendemos que o ambiente escolar é um lugar atravessado por relações de poder em que são negociadas as questões dos processos de subjetivação e das relações humanas (Masculino/Feminino). É nítido que a agressividade, a intolerância, a violência, a falta de habilidade em lidar com os conflitos, reconhecer a alteridade no ambiente escolar, principalmente no que concerne às pessoas transgênero, são efeitos de uma sociedade que é constituída pela desigualdade social e pelos mecanismos excludentes do que foi convencionalizado como binário.

## 2.2 Pessoas Trans

Furlanetto (2020) define que pessoas cuja identidade pessoal corresponde ao sexo/gênero que lhe foi atribuído após seu nascimento são denominadas pessoas Cisgênero. Porém, pessoas que não se identificam, ao menos parcialmente, com o sexo/gênero que foi denominado ao seu nascimento são chamadas pessoas Transgênero (por exemplos: transexuais, travestis, entre outros).

As pessoas trans podem realizar transição de mudança da aparência ou modificar a função corporal com auxílio de médicos, através de cirurgias, hormonioterapia e entre outros, a fim de entrar em conformidade com sua identidade de gênero (MOLINA, 2017).

Reis (2018) trata sobre algumas identificações e diferenças entre as pessoas trans:

- **Transexual (p.30):** Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero. Algumas pessoas trans recorrem a tratamentos médicos, que vão da terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual. São usadas as expressões homem trans e mulher trans.

- **Transgênero (p.30):** Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

- **Transformista (p.30):** Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto movido por questões artísticas.

- **Mulher trans (p.30):** Mulher trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero masculino ao nascer.

- **Homem trans (p.30):** Homem trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero masculino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero feminino ao nascer.

- **Travesti (p.31):** Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. Existe o grupo dentro deste segmento que se autoafirma 'mulheres travestis. Atualmente, o termo travesti adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo.

Nessa ótica, compreendemos que existe uma variedade de diferenças entre as pessoas trans que serve apenas para significar um sujeito, contudo, não é para classificá-lo porque as classificações escapam das pluralidades das identidades e de cada ser dentro da sua identidade (CRUZ, 2011).

Nesse sentido, entendemos que a escola, como espaço intercultural e que constitui cidadãos (ãs) através da interação de saberes sistematicamente organizados, precisa encontrar meios para incluir, de maneira equitativa e igualitária, as pessoas transgênero.

### **3. PESSOAS TRANSGÊNERO NO ÂMBITO ESCOLAR**

As pesquisas acerca das vivências de pessoas transgênero no espaço escolar têm se intensificado na última década. Diante disso, questões que permeiam o cotidiano escolar das pessoas trans, tais como bullying, diversos tipos de violências (verbal, física...), evasão, dificuldade em socializar, etc., serão sinalizadas em várias bibliografias (Tabela 01), as quais trazem em seu construto uma textualidade, a qual será base para as nossas reflexões.

Para selecionar os textos que trouxessem a temática deste artigo, foram usadas as seguintes palavras-chave em revistas científicas virtuais, sites de universidades e google acadêmico: transgênero; violência; espaço educacional. Com efeito, do *corpus* selecionamos o que seria necessário para constituir o arquivo de interesse.

**Tabela 01.**

ANO	FONTE/PÁGINA	CITAÇÃO DIRETA
2009	BOHM, A. M. (p.58)	<p>É importante apontar que situações de preconceitos são indicadas como causa do abandono escolar por 35% das travestis entrevistadas. Desse total, 100% afirmaram sofrer violência verbal por partes dos colegas, 57,4% afirmaram sofrer violência verbal por partes dos/as professores/as e 57,4% afirmaram sofrer violência física por partes dos colegas. Tais informações são alarmantes, tanto no sentido do desrespeito aos direitos das identidades travestis nos espaços escolares, quanto no sentido de denunciarem não apenas a convivência do corpo docente em relação à violência contra esse público, mas também sua participação ativa nesta ação discriminatória.</p>
2010	SANTOS, et al. (p.131-132)	<p>Para exemplificar essa performatividade da memória, importa destacar o estabelecimento de uma relação causal entre a baixa escolaridade e a prostituição como destino para mulheres transexuais e travestis. Essa narrativa comum relaciona a ausência de oportunidades de emprego à impossibilidade de permanecer na escola por preconceito, discriminação e violência. Nesse sentido, Maitê e Guerreiro, que afirmaram nunca terem atuado na prostituição, dizem: Para mim é uma coisa visível à relação entre a baixa escolaridade e a prostituição, não tem como negar. Não sei se tem alguma estatística sobre isso, mesmo porque não é uma coisa da qual a pessoa se orgulhe. Porque a prostituição em si é vista socialmente como algo inaceitável, assim. E depois de tudo o que você passa, sendo trans, ter que ir para a prostituição independente da sua vontade... É difícil. (Maitê Schneider Caldas de Miranda, E)</p> <p>Se você pensar nas meninas que estão na prostituição não por opção, mas sim como destino. [...] Eu não sei se tem algum dado estatístico, assim, mas pela minha percepção em relação às meninas que eu conheço, são tantas meninas fora da escola e, aí... [...] Dentro da prostituição, eu penso que, por mais que elas digam que fazem isso porque querem, eu acho que não. Eu acredito que elas vão para a prostituição até por uma necessidade de sobrevivência mesmo e acabam vivendo um ciclo vicioso porque a prostituição é bem remunerada em relação a outros trabalhos com equivalente faixa de escolaridade. (Guerreiro, E).</p>

2011	SILVA, et al. (p.5)	<p>Inferre-se, pois, que o baixo grau de escolaridade se relaciona com o preconceito e a discriminação, de convivência precoce decorrente do bullying escolar, redefinidor do espaço em que vivem as pessoas transgênero, que as levam a evasão escolar por meio de tecnologias cotidianas de exclusão, seja pela violência transfóbica ou homofóbica ou pela inadequação do planejamento pedagógico, experimentando-se diariamente um massacre na sobrevivência à escola.</p>
2011	CRUZ, E. F. (p.76)	<p>Nesta turma e em todas as outras que se seguiram abri este debate e pude perceber que as travestis têm muitas dificuldades no cotidiano da escola - desde a resposta da chamada, até o relacionamento com colegas, professores e direção. Sua diferença não é bem recebida no cotidiano da escola. E, tal qual gays, lésbicas, negros, portadores de HIV e todos aqueles tidos como “os anormais”, sua cidadania e direitos são frequentemente violados.</p>
2012	ANDRADE, L. N. (p.187)	<p>Com esse acontecimento, podemos perceber os signos negativos atribuídos às travestis. Mesmo sem saber o que estava acontecendo, a professora tinha certeza de que quem estava pegando respostas dos outros era a travesti e tratou imediatamente puni-la, não ocorrendo o mesmo com as demais garotas que participaram do fato. Para perceber e reconhecer o erro, foi necessário que outra pessoa dissesse, pois, por mais que a travesti repetidamente dissesse que não estava recebendo, mas passando os conhecimentos, sua palavra não tinha valor, não tinha vez, não era ouvida. Muitas vezes as travestis passam por situações semelhantes, mas nem sempre surge alguém com o poder de voz para esclarecer os fatos. Não estou validando o fato de a travesti passar respostas em um momento de avaliação, mas o que interessa destacar é a percepção da professora ao considerar que a travesti é que necessita de ajuda, como se não tivesse capacidade intelectual para responder a avaliação. Percebemos que professores(as) ao punir estudantes também estão punindo seu modo de ser. Muitas punições que ocorrem no dia a dia das travestis não estão, necessariamente, no regimento escolar, não são oficializadas, mas existem e são praticadas por professores(as), gestores(as) e funcionários(as).</p>

2012	SALES, A. B. (p.76)	Os limites que vão permeando as sexualidades, as homossexualidades e as travestilidades na sociedade estabelecem a linha tênue dos pensamentos sociais na educação, paralelamente à heterossexualidade normativa, que é apresentada nas instâncias pedagógicas. Assim, tudo o que destoa dessa linha tênue ou dessa normatividade heterossexual se torna o grande problema desses espaços institucionalizados de ensino.
2015	SOUZA,et al. (p.770)	<p>“A maioria [das travestis] tem histórias tristes na família. Sempre teve um pai, um irmão, um tio, que xingou, bateu e expulsou a travesti de casa. É só começar a transformar o corpo que as coisas pioram para o nosso lado”. Como muitas histórias que ouvimos durante a pesquisa, a de Victoria, 18 anos, também ressaltou, em julho de 2012, a associação entre transformação corporal e início da violência na família: “Quando comecei a ingerir hormônios e usar roupas femininas, minha mãe foi embora, abandonou a família. Meu pai ficou morando nos fundos da casa dos meus avós, mas sempre que chegava bêbado, me dava uma surra. E meus avós, até me aceitam, mas não querem que eu tome remédios para ficar feminina. Preferiam quando eu era neto, mas não me querem como neta. Dizem que isso é pura sem-vergonhice. Fico pensando em que lugar vou morar se não tenho emprego e não consigo pagar um aluguel. Ouço piadas na escola e tento não dar muita atenção, pois, se parar de estudar, vai ser mais difícil ainda para arrumar emprego depois”. Quando a travesti resolve assumir seu processo de feminilização, comumente, afasta-se da família e da escola. No caso dos meninos e adolescentes gays, travestis e lésbicas, é dentro de casa e na própria família que o preconceito e a discriminação assumem características de crueldade, incluindo insultos, tratamentos compulsórios, humilhação, agressão física e até a expulsão do lar.</p>

2015	TORRES,et al. (p.48)	<p>Nessa perspectiva, Bárbara afirma que a sua experiência na escola “foi horrível”, pois sofreu “muito preconceito” Nos discursos de Bárbara, Bruna e Xuxa, constatamos mais acentuadamente rituais de humilhação e de depreciação coletiva, que reiteram norma de gênero – xingamentos “Veado”, “doente”, olhares insistentes, risadas, piadas, provocações, uso constante do nome civil (mesmo após pedido do uso do nome social) e violência física. As agressões verbais eram frequentes, como modo de correção e punição pelo desvio sexual.</p>
2016	SANTANA, A. L. A. (p.108)	<p>Outro momento relatado por Whitney é quando ela chega à escola vestida como mulher: Quando cheguei na escola que me viram de mulher, feminina (perguntaram) o que foi que aconteceu? Os meninos falaram: “ó pai véi”, é isso mesmo que você quer, né?! é isso mesmo, aí começaram os meninos a quererem me bater, e a começar a brigar. Até a professora achava um absurdo. Colocaram me na diretoria para fazer uma avaliação psicológica pra saber se é isso mesmo que eu queria, aí entrei na reunião com a professora, tinha um psicólogo, o psicólogo da escola, aí a professora perguntou: vem cá Cris, é isso mesmo que você quer? é isso mesmo que você acha bonito você estar passando no meio do povo e as pessoas te tratando assim desse jeito?</p>
2016	FRANCO,et al. (p.133)	<p>Foram entrevistados três professores gays, duas professoras travestis e uma professora lésbica. Também foi aplicado um questionário aos docentes e gestores/as em três escolas da rede municipal nas quais três dos sujeitos trabalhavam no ano de 2007. Um dos principais aspectos evidenciados foi que o/a professor/a gay, travesti e lésbica ao exercer a profissão docente não se desvincula das marcas da sexualidade e do gênero inscritas em seu corpo, mesmo que não as anuncie, deixando flagrar notadamente a diferença provocando impactos tanto em alunos/as, docentes e em outros sujeitos envolvidos no processo educativo, confirmando a estreita relação da escola com os princípios religiosos e morais que desde sua criação permanecem determinando as diretrizes da profissão docente e atribuindo aos profissionais dessa área (sob a concepção de sujeito estável, fixo e hegemônico) o legado de “modelo a ser seguido” e “exemplo”.</p>

2018	FRANCO, N.(p.474-745)	Fomos para a luta. Lutávamos pela questão de ser gay, de ser homossexual, de ser reconhecido como professor nesse contexto das anormalidades. Aí, o meu posicionamento de me assumir travesti numa sociedade extremamente machista é algo complicado e o grande desafio foi lidar com os pares. Os pares. E até hoje eles proporcionam problema de relacionamento na unidade escolar. Então, o maior conflito que esperamos que fosse com o alunado, com os pais, com a comunidade, e não é maior problema de uma travesti profissional da Educação na escola são os pares, os colegas. Os professores apresentam uma resistência muito grande. Foi uma luta. Você tem que partir para o embate realmente, claro que sendo professora você já tem alguns artifícios, algumas ferramentas que fazem com que essas pessoas sejam obrigadas a te respeitarem (Adriana Sales, Cuiabá-MT, 2010).
2021	SILVA, et al. (p.4962-4963)	Em relação à população geral, observa-se maior risco de ideação, tentativas e suicídio na população de travestis e pessoas transgênero. Essa conclusão resulta de uma revisão sistemática que averiguou as estruturas de ideação suicida entre esses grupos. As diferenças de gênero permanecem em todo o ciclo de vida. Um estudo, por exemplo, observou que 48% das pessoas trans idosas apresentavam sintomatologia depressiva, enquanto 15% da população geral de idosos mostrou algum sintoma depressivo. Acredita-se que esta realidade se relaciona ao estigma e à discriminação sofridos pela população travesti e transexual, sendo o transtorno depressivo desencadeado por fatores como idade avançada, baixa autoestima, pior função interpessoal, menor apoio social e violência causada por parceiro íntimo. Nesse sentido, a depressão estaria relacionada ao ciclo de violências que perpetua a exclusão e a disfunção social, a marginalização do segmento, o tratamento injusto, assédios e rejeições.

Como podemos analisar, ao longo dos anos as pesquisas voltadas à população transgênero evidenciam que esta sofre de vários tipos de violências (verbal, física, psicológica e sexual): *“100% afirmaram sofrer violência verbal por partes dos colegas”*; discriminação: *“Quando cheguei na escola que me viram de mulher, feminina (perguntaram) o que foi que aconteceu? Os meninos falaram: “ó pai véi”, é isso mesmo que você quer, né?!”*; preconceito: *“constatamos mais acentuadamente rituais de humilhação e de depreciação coletiva, que reiteram*

*norma de gênero*". Nessa perspectiva, compreendemos que os espaços escolares, muitas vezes, acabam sendo uma extensão do ambiente familiar "*minha mãe foi embora, abandonou a família. Meu pai ficou morando nos fundos da casa dos meus avós, mas sempre que chegava bêbado, me dava uma surra*", produzindo efeitos significativos na constituição da subjetividade da pessoa transgênero.

Com isso, muitos destes sujeitos, com medos e traumas, abandonam a escola e acabam indo para a prostituição "*Dentro da prostituição, eu penso que, por mais que elas digam que fazem isso porque querem, eu acho que não. Eu acredito que elas vão para a prostituição até por uma necessidade de sobrevivência*". Vale ressaltar que por falta de escolaridade ou pelas características físicas, a maioria destes sujeitos não consegue emprego, ou uma posição social de reconhecimento.

#### **4. EDUCAÇÃO: MEIO QUE TRANSFORMA**

Ao realizar um breve levantamento bibliográfico sobre a questão da relação das pessoas transgênero no ambiente escolar, compreendemos que há uma urgência em implementar e executar, de forma efetiva, as políticas educacionais as quais têm como base textual os objetivos de promover a diversidade e a inclusão de todos os sujeitos, sem distinção de identidade de gênero.

Noro (2017, p.18) vem ressaltar a importância da inclusão das pessoas transgênero na esfera educacional:

A importância dos conceitos de gênero e orientação sexual para as políticas educacionais e para o próprio processo pedagógico, é imperioso. O conceito de orientação sexual diz respeito a como a pessoa vive suas relações sexuais e afetivas e é um assunto que divide opiniões nas diferentes classes sociais, níveis de conhecimento, idades, e demais possíveis indicadores que apontem para a população como um todo, dando à educação uma plausível salvaguarda para o acolhimento e reconhecimento de todos/as.

Além disso, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma das competências da educação básica é

"exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza" (p.9).

Nesta ótica, o currículo escolar deve ser constituído pelos temas transversais, principalmente, os que permeiam os conceitos de gênero, de orientação sexual, de sexualidade, do corpo humano e os hormônios nas diferentes fases de desenvolvimento humano. A gestão escolar precisa pensar em estratégias para a inclusão do sujeito trans, promovendo a sua permanência na instituição de maneira acolhedora e promovendo o êxito no que concerne os aspectos de aprendizagem e cidadania.

Vieira (2015) designa uma articulação entre as teorias pedagógicas e o relacionamento com o gênero e a sexualidade que vivenciam no ambiente escolar que existe a necessidade de realizar dialogar entre os educandos sobre as diferenças e o respeito seja mútuo entre todos:

potencializar, com a articulação entre teorias e narrativas de experiências de trânsito entre os gêneros vivenciadas nas escolas, pensamentos que provoquem deslocamentos e desestabilizações nas bases dominantes dos discursos e práticas que dizem respeito às normas de gênero, à regulação da sexualidade e à educação (VIEIRA, 2015, p. 17).

Uma forma de construir um espaço reflexivo é, para além da constituição de um currículo formador e plural, promover palestras, construções de murais interativos que retratem a diversidade dos sujeitos, roda de discussões com as pessoas transgênero sendo mediadoras (o que fundamenta o empoderamento), escuta e orientação educacional e, principalmente, estreitar o laço com a família e o Estado, sendo estes também responsáveis pela valorização, reconhecimento e empoderamento do sujeito transgênero.

## REFERÊNCIAS

**1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, GLBT, (2007).** Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto\\_base\\_1\\_lgbt.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf)>. Acessado no dia 10/12/2022 às 10h.

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal de Ceará. 2012.

BOHM, A. M. **Os “MONSTROS” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal Rio Grande do Sul. 2009.

COSTA, A. B.; BANDEIRA, D. R.; NARDI, H. C. **Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento**. Estudos de Psicologia. v. 32, n. 2, p. 163 - 172, 2015.

CRUZ, E. F. **Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano escolar**. Ver. Psicol. Polít. v.11, p.21, p. 73-90, 2011.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond Ltda. 2006.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

HAMMARBERG, T. **Direitos Humanos e Identidade de Gênero**. Série de Publicações do TVT. v. 5, 2011.

FRANCO, N. **Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente**. Revista de Educação Pública, v. 27, n. 65/1, p. 469-486, 2018.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. **TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS NA ESCOLA: um estado da arte**. Cad. Pes., v. 23, n. 2, p. 122-137 , 2016.

FERRARI, A. **Homofobia na escola. Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da secretaria de estado da educação do Paraná. p. 01 – 70, 2010.**

FURLANI, J. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual**. Educação em Revista. n. 46, p. 269 - 285, 2007.

FURLANETTO, M. F. **Educação em sexualidade na adolescência – uma cartilha para a comunidade escolar**. UFGRS, p. 1 - 20, 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, Petrópolis, RJ,1997.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2, 2008.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

MOLINA, L. P. P. **“Vamos por Más”: O Bachillerato Popular Mocha Celis na experiência educacional das travestis e transexuais em Buenos Aires/Argentina**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos. 2017.

NORO, D. **Discussões relacionadas a gênero nos Planos de Educação: um olhar sobre o respeito à orientação sexual e à identidade de gênero.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+.** 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018.

SALES, A. B. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis.** Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal de Mato Grosso, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2012.

SANTANA, A. L. A. **A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015.** Revista Científica Fagoc. Multidisciplinar - Volume I, p. 99- 111, 2016.

SANTOS, D. B. C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas.** Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal de Paraná, 2010.

SALVADOR, N. R. C.; FRANCO, N. **Pessoas trans e educação: revisão sistematizada da literatura (2014-2018).** Periódicus, Salvador, n. 17, v.1, p. 93-117, 2022.

SILVA, G. W. S.; SOUZA, E. F. L.; SENA, R. C. F.; MOURA, I. B. L.; SOBREIRA, M. V. S.; MIRANDA, F. A. N. **Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro.** Rev Gaúcha Enferm. v.37, n.2, p. 1-7, 2016.

SILVA, G. W. S.; KARINA CARDOSO MEIRA, K. C.; AZEVEDO, D. M.; SENA, R. C. F.; LINS, S. L. F.; DANTAS, E. S. O.; MIRANDA, F. A. N. **Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais.** Ciência & Saúde Coletiva. v.26 (Supl. 3), p.4955-4966, 2021.

SOUZA, M. H. T.; MALVASI, P.; SIGNORELLI, M. C.; PEREIRA, P. P. G. **Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n.4, p. 767-776, 2015.

SCOTT, JOAN. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. v. 20, n. 2, p. 71 - 99, 1995.

TORRES, D. B.; VIEIRA, L. F. **As Travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência.** Quaderns de Psicologia. v. 17, n. 3, p. 45-58, 2015.

VIEIRA, A. L. **Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas.** Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, pela disponibilidade, atenção, dedicação e apoio sempre. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – campus Canoinhas pela oportunidade de aprender mais e a todos os professores que contribuíram para minha formação.